



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL

13ª Reunião Ordinária

Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial (CNPIR)

13 de novembro de 2006

**BRASÍLIA-DF
2006**



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial -
SEPPIR
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL
DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CNPIR

ITEM 1 - ABERTURA – Aos treze e quatorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e seis, no Salão Dourado do *Torre Palace Hotel*, situado no Setor Hoteleiro Norte, Quadra 4, Lote A, na cidade de Brasília, Distrito Federal, realizou-se a 13ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial-CNPIR, com a presença dos seguintes Conselheiros, representantes de entidades da Sociedade Civil: **Everaldo Concelção Duarte** – INTECAB – Instituto Nacional da Tradição e Cultura Afro-Brasileira, titular; **Ronald Siqueira Barbosa** - ABERT – Associação Brasileira de Rádio e Televisão, titular; **Mônica de Oliveira** – Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais – ABONG, titular; **Oliveira Silveira** – Notório Reconhecimento nas Relações Raciais; **Flávio Jorge Rodrigues da Silva** – CONEN – Coordenação Nacional de Entidades Negras, titular; **Deise Benedito** - Fórum Nacional de Mulheres Negras - FNMN, suplente; **Nelson Fernando Inocêncio** – Associação Brasileira de Pesquisadores Negros – ABPN, titular; **Eduardo Ferreira de Oliveira** – Congresso Nacional Afro-Brasileiro - CNAB, titular; **Emir Saleh Mourad** – Confederação Árabe Palestino Brasileira, titular; **Ernesto Luiz Pereira Filho** - Congresso Nacional Afro-Brasileiro – CNAB, suplente; **Regina Semião** – Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos – FENATRAD, suplente; **Elaine Oliveira Soares**, Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, suplente; **Kabengele Munanga**, Notório Reconhecimento nas Relações Raciais; **Azelene Inácio Kaingáng** - WARÃ – Instituto Indígena Brasileiro, titular; e **Carlos Alves Moura** – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, suplente; **Ubiratan de Sousa Maia** – WARÃ- Instituto Indígena Brasileiro. Também participaram da reunião os seguintes representantes governamentais: **Andréia Ingrid Michele do Nascimento** – Ministério da Ciência e Tecnologia; **Sidnei Sousa Costa** – Secretaria Especial de Direitos Humanos; **Regina Adami** - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; **Sérgio Andrea** – Ministério das Cidades; **Andrea Giovannetti** - Ministério das Relações Exteriores; **Déborah Silva Santos** – Ministério da Educação; **Celso Lourenço M. Corrêa** – Casa Civil; **Danielle Cancela Cronemberger**-Ministério do

Planejamento, Orçamento e Gestão ; **Maila Romano Villa Verde**- Ministério da Integração Nacional ; **Márcio José de Souza Oliveira**- FUNAI- na qualidade de convidado e Ministra **Matilde Ribeiro** – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Presidenta do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR. A Secretária-Executiva do CNPIR, **Oraida Abreu**, cumprimentou os presentes e consultou os conselheiros sobre o início da reunião, pois não havia quorum para deliberação. Os conselheiros decidiram iniciar a apresentação do item 2, visto que a expositora já estava presente e deixar encaminhamentos e deliberações para quando houvesse quorum. Diante dessa decisão, a Secretária-Executiva do CNPIR procedeu à abertura oficial dos trabalhos, com apresentação da proposta de pauta para a reunião. Não havendo destaques à pauta, a Secretária-Executiva do CNPIR convidou a Secretária-Adjunta da SEPPIR, **Maria do Carmo Ferreira da Silva**, para apresentação do Projeto “Dia Nacional da Consciência Negra” – 35 ANOS. **ITEM 2 – APRESENTAÇÃO DO PROJETO “DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA” – 35 ANOS** - A Secretária-Adjunta da SEPPIR, **Maria do Carmo Ferreira da Silva**, iniciou a explanação informando que o Projeto Dia Nacional da Consciência Negra – 35 anos consistia em uma iniciativa do Governo Federal em conjunto com o movimento social anti-racismo, com destaque para as organizações negras e demais instituições públicas e privadas. Destacou os marcos norteadores do Projeto: os 35 anos (1971/2006) que o movimento negro lançou à sociedade brasileira a proposição de consagração de “*Zumbi dos Palmares*”, líder negro do Quilombo dos Palmares, como herói nacional e a referência da data de sua morte – 20 de novembro, como “*Dia Nacional da Consciência Negra*”; Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial por parte dos governos; Ações Afirmativas como foco para as políticas públicas: a) 1ª Conferencia Nacional de Promoção da Igualdade Racial (I CONAPIR), que mobilizou 95 mil pessoas e 1.332 municípios. Com base nessa conferência, foi elaborado o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR); b) e o Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (FIPIR) - agrega cerca de 470 localidades – 23 estados e 447 municípios, dos quais 184 criaram órgãos executivos relacionados à temática racial. Dez estados foram conveniados pelo governo federal, com destinação de recursos para elaboração de seus planos locais. Explicou que o Projeto tinha por objetivo : organizar em parceria com os movimentos sociais anti-racistas ações destacando os 35 anos de existência do 20 de Novembro - Dia Nacional da Consciência Negra; ampliar a divulgação do histórico de luta de Zumbi dos Palmares, consagrado herói nacional; contribuir para o fortalecimento das reflexões sobre a importância das ações afirmativas, como diretriz para a consolidação da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Como metodologia, esclareceu

70 que o Projeto seria realizado durante o mês de novembro, envolvendo ações coletivas
71 realizadas pelos segmentos organizados das entidades do movimento negro nas
72 regiões/estados visando a organização e divulgação das mesmas. Disse que a
73 coordenação geral do Projeto estava a cargo da SEPPIR, contando com Grupo de
74 Trabalho com participação de órgãos do governo federal e dos locais e de
75 representantes da sociedade civil .Citou os *Representantes do governo federal*
76 *envolvidos*: Ministério da Educação; Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares;
77 Ministério do Turismo; Ministério do Desenvolvimento Agrário/INCRA; Secretaria de
78 Políticas para as Mulheres; Secretaria dos Direitos Humanos; Ministério do Trabalho e
79 Emprego; Ministério da Ciência e Tecnologia; Secretaria de Comunicação – SECOM;
80 Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério das Relações
81 Exteriores. *Representantes do FIPIR das regiões* Norte; Nordeste; Centro Oeste;
82 Sudeste e Sul. *Representantes da Sociedade Civil*: Região Norte – Zélia Amador de
83 Deus; Região Nordeste – Raimundo Bujão e Vanda Menezes; Região Centro Oeste -
84 Carlos Porto e Marcelo Gentil; Região Sudeste – Marcos Cardoso; Região Sul -
85 Conselheiro Oliveira Silveira; Representantes da juventude: dois alunos cotistas da
86 UNB; Representante das Mulheres – 1 representante de Brasília; Representante dos
87 GLBT – Márcia Cabral.) A partir desse GT foi destacado um Comitê Executivo, que se
88 responsabilizara pelas atividades cotidianas, sendo composto por: Coordenação geral:
89 Maria do Carmo Ferreira da Silva – Secretária-Adjunta da Seppir; Integrantes: Antônio
90 Pinto e Marcelo Gentil – Organização da logística e produção cultural; Elisabeth da
91 Silva – Apoio a coordenação geral; Marayl Caldas e Regina Oliveira - Apoio
92 administrativo e coordenação da agenda; Marcos Cardoso – Colaborador para
93 mobilização e produção de textos; Rosemeire Silva, Isabel Clavelin e Mery Lucy
94 Souza– Assessoria de comunicação. Detalhou que a intenção era organizar um
95 calendário nacional, tendo como referência: as atividades realizadas por municípios
96 que tem o 20 de novembro como feriado; entidades e grupos do movimento negro e
97 demais movimento sociais; órgãos governamentais (federal, estadual e municipal);
98 organizações parlamentares pela igualdade racial do Congresso Nacional e
99 Assembléias Legislativas; e universidades, empresas, instituições públicas e privadas.
100 Além disso, destacou que a intenção era construir parcerias para cobertura de mídia,
101 assim, os instrumentos planejados para divulgação seriam: Cartaz, Folder, Calendário,
102 Revista; Vinhetas (TV) e *spots* (Rádio). Por fim, citou as atividades nacionais do
103 Projeto organizadas pela SEPPIR: a) Participação e/ou apoio a eventos locais, a
104 depender de parcerias entre governos e organizações não governamentais; b)
105 Inclusão de projetos conveniados com instituições pública, privadas e organizações
106 não governamentais; c) Edição de uma revista abrangendo os objetivos do projeto; d)

107 Pronunciamento do Presidente da República em rede nacional de rádio e televisão, no
108 dia 20 de novembro; e) Workshop sobre as Políticas de Promoção da Igualdade
109 Racial com prefeitos e gestores integrantes do FIPIR; f) Projeto Quilomboaxé , que
110 envolve intercâmbio sociocultural entre artistas da música popular brasileira e a
111 produção quilombola, nas seguintes localidades: Porto Alegre/RS – Quilombo Família
112 Silva e Valença/RJ – Quilombo São José; g) Lançamento da Publicação do PLANAPIR
113 em conjunto com os Planos Estaduais do seguintes Estados: Acre, Bahia, Distrito
114 Federal, Goiás, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Santa
115 Catarina e Tocantins. Destacou ainda a Parceria com outros Ministérios, o
116 Lançamento do Edital do Concurso Nacional de Redação sobre o “Dia Nacional de
117 Consciência Negra – 35 ANOS” para as escolas do ensino médio e fundamental; a
118 Solenidade de titulação de Quilombos e o Lançamento do edital para construção da
119 Estátua Zumbi dos Palmares em Salvador/BA.. Em parceria com Governos Locais:
120 Ato político na Serra da Barriga, realizado pelo governo de Alagoas e movimento
121 social; Encontro Nacional de Clubes Negros a ser realizado pelo movimento negro e
122 Prefeitura de Santa Maria/RS; Comemoração dos 150 anos do Município de São
123 Carlos/SP: Show “Música Negra nas Américas” e Baile no Clube Flor de Maio. Em
124 parceria com o legislativo: Votação e sancionamento da Lei de Anistia Pós-Morte a
125 João Candido (verificação do projeto lei); e Sessão solene no Congresso Nacional.
126 Concluída a apresentação, foi aberta a palavra para considerações do Plenário.
127 Conselheiro **Emir Mourad** cumprimentou a expositora pela apresentação e sugeriu
128 incluir a “Revolta dos Malês” entre os marcos do Projeto, bem como, abrir as
129 atividades do referido projeto com o Hino da Negritude, de autoria do Conselheiro
130 **Eduardo Oliveira** . Conselheira **Andréia Michele** informou que não conseguiu
131 acessar a programação do Projeto no sítio da SEPPIR. Conselheiro **Eduardo Ferreira**
132 **de Oliveira** informou que em São Paulo o dia 20 de novembro seria comemorado com
133 marcha na Avenida Paulista. Conselheiro **Sérgio Andrea** registrou que o Presidente
134 da República, após a eleição, reafirmou a importância da política da SEPPIR. A
135 Secretária-Adjunta da SEPPIR, **Maria do Carmo Ferreira da Silva**, agradeceu e
136 registrou as sugestões dos Conselheiros. Além disso, comunicou que o sítio estava
137 com problemas, daí a dificuldade de acessar a programação. Contudo, o problema já
138 havia sido solucionado e o acesso poderia ser feito. Feitos esses esclarecimentos, a
139 Secretária-Executiva do CNPIR agradeceu a presença da Secretária-Adjunta da
140 SEPPIR e Antes de passar para o próximo item da pauta, comunicou as presenças
141 dos Senhores **Márcio José de Souza Oliveira**, - FUNAI e das Senhoras **MAILA**
142 **Romano Villa Verde**-Ministério da Integração Nacional, e **Danielle Cancela**
143 **Cronemberger** - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.. **ITEM 3 – O**

CNPIR – MOMENTO ATUAL E PERSPECTIVAS PARA A NOVA GESTÃO – A Secretária-Executiva do CNPIR, **Oraida Maria de Abreu**, convidou para compor a mesa o Conselheiro **Flávio Jorge Rodrigues da Silva** e explicou ao Plenário que a intenção era promover debate, em pequenos grupos, sobre o CNPIR – o momento atual e perspectivas para a nova gestão. Os Conselheiros decidiram discutir em plenário e designaram a Conselheira **Elaine Oliveira Soares** como relatora. Definida a dinâmica, foi aberto o debate. Conselheiro **Kabengele Munanga** disse que a avaliação era importante, mas difícil porque não havia um balanço das atividades do CNPIR. Assim, sugeriu que fosse feito balanço do que foi feito no último período. Conselheiro **Sérgio Andrea** defendeu que, para 2007, o CNPIR tivesse posição mais ousada em relação ao financiamento, buscando garantir orçamento para implementar as suas prioridades. Também solicitou espaço para apresentação de informe sobre as ações da Vale do Rio Doce em relação aos povos indígenas. Conselheira **Azelene Inácio Kaingáng** sugeriu que o CNPIR solicitasse ao Ministério do Planejamento a apresentação do Plano Plurianual 2008/2011 para a partir daí discutir o cumprimento do papel do Conselho. Além disso, apelou para que o CNPIR discutisse formas de contribuir na promoção da igualdade racial no que se refere ao direito dos povos indígenas. Conselheiro **Flávio Jorge** fez uma reflexão sobre as fragilidades do CNPIR, que, na sua visão, funcionava no limite. Avaliou que era preciso avançar no papel do Conselho de acompanhamento da Política de Promoção da Igualdade Racial. A propósito, informou que a CONEN propôs pontos de debate para o Conselho. Conselheira **Elaine Oliveira Soares** destacou como pontos essenciais ao funcionamento do CNPIR: definição de calendário anual de reuniões; definição da pauta previamente às reuniões; eleição de pontos prioritários de debate; consolidação e visibilidade ao CNPIR; definição de metodologia de trabalho com base em experiências de outros Conselhos, a exemplo do Nacional de Saúde; e constituição de GTs para discutir pontos prioritários. Conselheiro **Eduardo Ferreira de Oliveira** defendeu a definição de estratégias para melhorar o orçamento do CNPIR. Conselheiro **Kabengele Munanga** sugeriu a realização de balanço das atividades do CNPIR, a partir das suas competências, e a definição de prioridades para 2007. Conselheira **Déborah Silva Santos** chamou a atenção para a pouca participação de representantes do governo nas reuniões do CNPIR, o que, na sua visão, dificultava os debates e a definição de encaminhamentos. Nessa linha, salientou a necessidade de definir estratégias para garantir a participação de representantes dos Ministérios nas reuniões. Além disso, reforçou a necessidade de definir as pautas das reuniões previamente e cumprir os horários previstos. Conselheiro **Everaldo Conceição Duarte** defendeu que houvesse espaço no Conselho para discussão das demandas dos

181 movimentos sociais e das comunidades. Conselheiro **Celso Corrêa** apresentou as
182 seguintes sugestões para o trabalho do CNPIR: aprovar calendário de reuniões
183 ordinárias do CNPIR para 2007; criar as seguintes comissões: análise e
184 encaminhamento de denúncias, acompanhamento de Atos Normativos, articulação de
185 conselhos e acompanhamento de políticas públicas; enviar convocação para as
186 reuniões com vinte dias de antecedência junto com a proposta de pauta, a ata da
187 reunião anterior e síntese dos trabalhos dos GTs; reservar cinco dias para
188 pronunciamento do Conselho sobre a proposta de pauta e enviar a pauta definitiva dez
189 dias antes da reunião; e criar grupo de discussão dos Conselheiros do CNPIR. Nesse
190 ponto, a Secretária-Executiva do CNPIR lembrou que insistiu na necessidade de
191 definir calendário de reuniões do Conselho. Conselheira **Andréia Michele** apresentou
192 a proposta de instituir a segunda suplência no CNPIR, na perspectiva de garantir
193 quorum nas reuniões do Conselho. Além disso, ponderou sobre a possibilidade de
194 buscar recursos de emendas parlamentares para custear as ações do CNPIR. Por fim,
195 sugeriu que fossem constituídas as comissões do CNPIR temporárias e permanentes.
196 Conselheiro **Ronald Siqueira Barbosa** registrou como avanço a realização da I
197 CONAPIR, cujas decisões subsidiaram a elaboração do Plano Nacional de Promoção
198 da Igualdade Racial. Salientou a necessidade de conclusão desse Plano, visto que
199 nortearia as ações dos conselheiros em 2007. Também chamou a atenção para a
200 importância de aumentar os recursos da SEPPIR que possuía o menor orçamento
201 dentre os ministérios. Nesse sentido, solicitou que a Secretaria fosse interlocutora no
202 processo relação com organismos internacionais, em especial na captação de
203 recursos internacionais. Além disso, sugeriu que a SEPPIR contribuísse para o
204 intercâmbio com universidades internacionais. No mais, propôs que houvesse
205 interlocução com parlamentares eleitos envolvidos com a causa da promoção da
206 igualdade racial, a fim de sinalizar os projetos na área que deveriam ser continuados.
207 Por fim, apresentou a sugestão de criar GT para fazer o levantamento e acompanhar
208 ações federais e projetos na área da promoção da igualdade racial. Devido ao
209 adiantado da hora, o Plenário decidiu suspender a discussão e continuar após o
210 intervalo para o almoço. Retomando, foi aberta a palavra aos demais inscritos.
211 Conselheiro **Emir Mourad** apresentou as seguintes proposições: convocar reunião
212 para balanço das atividades e definição de plano de trabalho do CNPIR; definir
213 calendário de reuniões do CNPIR para 2007; centralizar as ações do CNPIR a partir
214 do Decreto que define as competências do Conselho; enviar convocação para as
215 reuniões com vinte dias de antecedência junto com a proposta de pauta, a ata da
216 reunião anterior e síntese dos trabalhos dos GTs; e acompanhar a elaboração do PPA
217 2008/2011. Também registrou a necessidade de maior atenção para a questão

218 Palestina e, a propósito, sugeriu a realização de seminário sobre as políticas
219 praticadas pelo governo de Israel contra a população palestina nos territórios
220 ocupados desde 1967. Por fim, solicitou espaço para apresentação de informe sobre a
221 Conferência Regional das Américas. Não havendo novos inscritos, Conselheira **Elaine**
222 **Oliveira Soares** apresentou síntese das propostas em relação ao CNPIR, e os
223 Conselheiros apresentaram outras sugestões. Conselheira **Mônica Oliveira**, de início,
224 justificou a sua ausência no período da manhã. Sobre o tema em pauta, avaliou que
225 seria necessário definir processo metodológico e plano de ação do CNPIR. Além
226 disso, destacou que o Conselho deveria acompanhar a execução do Plano Nacional
227 de Promoção da Igualdade Racial. Por fim, manifestou preocupação com a proposta
228 de segunda suplência no Conselho. Conselheiro **Everaldo Conceição Duarte**
229 manifestou-se contrário à proposta de segunda suplência para a sociedade civil.
230 Conselheira **Andrea Giovannetti** manifestou-se favorável à proposta de segunda
231 suplência por entender que contribuiria para os trabalhos do CNPIR. Conselheiro **Emir**
232 **Mourad** avaliou que alguns ministérios não tinham comprometimento com a causa da
233 promoção da igualdade racial, assim, sugeriu que fosse feito levantamento, a partir
234 das atas das reuniões do Conselho, para identificar aqueles que não compareciam às
235 reuniões para as devidas providências. Conselheiro **Flávio Jorge** sugeriu debater a
236 agenda de trabalho do CNPIR 2007 a partir das competências do Conselho e das
237 proposições dos Conselheiros. Além disso, sugeriu convidar o Ministério do
238 Planejamento para discutir o PPA 2008/2011 no CNPIR. Conselheira **Mônica Oliveira**
239 sugeriu que a SEPPIR contratasse consultoria para auxiliar comissão do CNPIR na
240 elaboração do planejamento das atividades do Conselho. Com a chegada da Ministra
241 da SEPPIR, **Matilde Ribeiro**, acompanhada de equipe da SEPPIR, foi iniciada a
242 discussão do próximo ponto de pauta. **ITEM 4 – DIÁLOGO COM A DIREÇÃO DA**
243 **SEPPIR: CONTEXTO POLÍTICO E PROGRAMA DE IGUALDADE RACIAL –**
244 **2007/2010 – Composição da mesa:** **Matilde Ribeiro**, Ministra da SEPPIR; **Jorge**
245 **Carneiro**, Diretor de Programas/SEPPIR; **Maria Palmira da Silva**,
246 diretora/SUBCOM/SEPPIR; **Maria Inês Barbosa**, Subsecretária de Ações Afirmativas
247 da SEPPIR; **Carlos Eduardo Trindade**, Subsecretário de Políticas para as
248 Comunidades Tradicionais/SEPPIR; **Antônio da Silva Pinto**, Subsecretário de
249 Planejamento e Formulação de Políticas/SEPPIR; e Conselheira **Elaine Oliveira**
250 **Soares**. Inicialmente, a Conselheira **Elaine Oliveira Soares**, na qualidade de relatora,
251 submeteu à apreciação da Ministra da SEPPIR e da equipe da Secretaria, síntese das
252 propostas dos Conselheiros em relação ao CNPIR: estabelecer maior comunicação entre
253 a SEPPIR e o CNPIR; propor políticas nacionais de promoção da igualdade racial; participar da
254 elaboração de plano de metas da SEPPIR; apreciar propostas de orçamento, bem como

acompanhar a execução orçamentária da Secretaria; definir prioridades para o CNPIR; aprofundar o debate da questão indígena no CNPIR; garantir ao CNPIR maior efetividade no controle social; centralizar as ações do CNPIR a partir do Decreto que define as competências do Conselho; garantir maior participação dos Conselheiros representantes do governo nas reuniões do CNPIR; reservar espaço no CNPIR para discutir as demandas sociais e específicas dos segmentos; instituir segunda suplência no CNPIR, na perspectiva de garantir quorum nas reuniões; organizar a pauta das reuniões do CNPIR a partir das sugestões dos Conselheiros, bem como garantir a aprovação da mesma pelo Plenário; garantir participação mais efetiva do CNPIR na elaboração do PPA; solicitar a apresentação da PLANAPIR até o dia 20 de novembro de 2006; verificar as ações prioritárias do governo que estão amparadas no PPA e apresentar em audiência ao **Presidente Lula**; promover articulação com a frente parlamentar negra; convocar o Ministério do Planejamento para apresentação do PPA, com recorte das ações dos programas de promoção da igualdade racial; convocar reunião do CNPIR para balanço das atividades e Plano de trabalho; delegar à SEPPIR o papel de interlocutora em relação às ações internacionais, em especial de captação de recursos internacionais; fazer intercâmbio com universidades internacionais; aprovar calendário de reuniões do CNPIR para 2007, com reuniões bimestrais; criar as seguintes Comissões: análise e encaminhamento de denúncias, acompanhamento de Atos Normativos, articulação de Conselhos e acompanhamento de Políticas Públicas; enviar convocação para as reuniões com vinte dias de antecedência junto com a proposta de pauta, a Ata da reunião anterior e síntese dos trabalhos dos GTs; reservar cinco dias para pronunciamento do Conselho sobre a proposta de pauta e enviar a pauta definitiva dez dias antes da reunião; criar grupo de discussão dos Conselheiros do CNPIR; fazer levantamento, a partir das Atas do CNPIR, da participação dos representantes dos Ministérios nas reuniões do Conselho e definir estratégias para comprometê-los com a Política de Promoção da Igualdade Racial; instituir Comissão para elaborar planejamento das ações do CNPIR e a metodologia de trabalho; marcar reunião do CNPIR para planejar as ações do CNPIR; contratar consultoria para auxiliar no planejamento; e definir agenda de trabalho dos Conselheiros para 2007, a partir das competências do CNPIR e das proposições dos Conselheiros. síntese das. Em seguida, a Ministra da SEPPIR, **Matilde Ribeiro**, fez uso da palavra, justificando inicialmente a sua ausência no período da manhã. A seguir, fez um pronunciamento inicial sobre contexto político e Programa de Igualdade Racial – 2007/2010. Explicou que, dada a reeleição do Governo Lula, não haveria interrupção na política de promoção da igualdade racial. Dessa forma, seria necessário verificar a estrutura da SEPPIR e definir agenda política para os próximos anos. Ressaltou como eixos importantes para o diálogo: o Governo Lula dará continuidade às ações de combate à pobreza e à desigualdade social, com olhar especial para os que mais precisam das políticas públicas e foco na distribuição de renda e intensificará as políticas sociais de

292 combate à fome, à desigualdade social e educacional. Nesse sentido, a Ministra
293 defendeu que o debate do CNPIR fosse centrado em ações afirmativas. Além disso,
294 considerou ser importante trabalhar agenda comum com a sociedade no dia 20 de
295 novembro de 2006, com reafirmação das conquistas e reforço sobre a necessidade de
296 avanços. Ressaltou que a intenção ao fazer um balanço das ações do CNPIR, era
297 definir agenda de trabalho conjunta com a sociedade civil para avançar na Promoção
298 da Igualdade Racial. Destacou ainda como avanços a realização da I CONAPIR e a
299 construção do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Por fim, informou
300 que não foi possível concluir a discussão dos documentos das duas marchas ocorridas
301 em novembro de 2005. Conselheiro **Ronald Siqueira Barbosa** registrou a importância
302 da I CONAPIR e do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial. A propósito do
303 Plano, destacou a necessidade de considerar as ações dos outros ministérios, a fim de
304 garantir formulação mais abrangente possível. Conselheiro **Carlos Moura** manifestou
305 a sua satisfação em integrar o CNPIR e chamou a atenção para o relacionamento da
306 SEPPIR com os povos africanos. Conselheiro **Oliveira Silveira** também ratificou a
307 importância da I CONAPIR e destacou ser necessário maior divulgação da SEPPIR.
308 Conselheiro **Eduardo Ferreira de Oliveira** manifestou satisfação com a notícia de
309 continuidade da Política de Promoção da Igualdade Racial, posto que a solução de
310 continuidade era uma das principais dificuldades da administração pública. A
311 Subsecretária de Ações Afirmativas da SEPPIR, **Maria Inês Barbosa**, fez uma
312 reflexão sobre os desafios em relação às metas e às ações e recursos para vencê-los.
313 A Ministra da SEPPIR, **Matilde Ribeiro**, falou sobre o calendário de atividades
314 nacionais, locais e internacionais, do Projeto “Dia Nacional da Consciência Negra”.
315 Também informou que concederia entrevista às revistas “Caros Amigos” e “Fórum”,
316 falando especialmente sobre o dia 20 de novembro. Além disso, comunicou que a
317 Rede Globo faria chamada sobre as comemorações do dia 20 de novembro. O Diretor
318 de Programas da SEPPIR, **Jorge Carneiro**, em relação à atuação do CNPIR, avaliou
319 que: o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial deveria ser o tema central da
320 agenda de trabalho do Conselho; o Conselho deveria incluir na sua agenda de debate
321 a questão do desenvolvimento e crescimento do país; e a questão cigana deveria ser
322 tratada com maior profundidade. Além disso, fez uma reflexão sobre a criação da
323 SEPPIR e a luta permanente para mantê-la em funcionamento. Conselheiro **Emir**
324 **Mourad** avaliou que o principal feito da SEPPIR e do CNPIR foi a realização da I
325 CONAPIR. Em relação ao CNPIR, sugeriu que fosse realizada reunião para balanço
326 das atividades e definição da agenda de trabalho para 2007, a partir do Decreto de
327 instituição do Conselho. No mais, disse que seria necessário garantir estrutura (física e
328 de pessoal) para a secretaria do CNPIR. A diretora/SUBCOM/SEPPIR, **Maria Palmira**

329 **da Silva**, avaliou como desafio pensar o papel do Estado no que se refere à
330 implementação de políticas diferenciadas para populações específicas, dada a
331 dificuldade de reconhecer o fracasso do modelo neoliberalista e a falência da política
332 universalista. Além disso, considerou que seria necessário investir na formação dos
333 gestores para que estes implementassem as políticas públicas de promoção da
334 igualdade racial. Conselheira **Elaine de Oliveira** sugeriu que a reunião de
335 planejamento das atividades do CNPIR fosse realizada até janeiro de 2007.
336 Conselheira **Mônica Oliveira** falou sobre a importância da publicização do Plano
337 Nacional de Promoção da Igualdade Racial e de definição de estratégias para trazer a
338 sociedade à discussão das políticas de promoção da igualdade racial, inclusive
339 utilizando a mídia. Além disso, salientou ser necessário divulgar as ações da SEPPIR
340 para conhecimento da sociedade. Também, ressaltou a importância de integração do
341 CNPIR com a SEPPIR para atuação nos locais onde residiam os conselheiros.
342 Lembrou ainda que a secretaria-executiva do CNPIR era o elo entre a SEPPIR e os
343 Conselheiros. Reforçou também ser necessário acompanhar o andamento dos termos
344 de adesão assinados durante a I CONAPIR. Por fim, sugeriu que fosse feito balanço
345 do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial- FIPIR. O
346 Subsecretário de Políticas para as Comunidades Tradicionais, **Carlos Eduardo**
347 **Trindade**, destacou a conjuntura favorável para implementação da Política de
348 Promoção da Igualdade Racial, salientando o aumento do Núcleo de Parlamentares
349 Negros e o crescimento do número de militantes da causa. Nessa lógica, disse que
350 seria necessário ampliar o debate nas bases para avançar na implementação da
351 Política, com participação ativa do CNPIR. O Subsecretário de Planejamento e
352 Formulação de Políticas, **Antônio da Silva Pinto**, explicou que a política universalista
353 não era contrária às políticas afirmativas. Além disso, chamou a atenção para a
354 importância que os Ministérios davam à Política de Promoção da Igualdade Racial.
355 Finalizando, a Ministra da SEPPIR, **Matilde Ribeiro**, comentou algumas questões
356 colocadas e apresentou sugestões. Em relação ao planejamento do CNPIR, sugeriu
357 que fosse realizado no início de 2007. Além disso, explicou que estava em fase de
358 conclusão e seria disponibilizado aos conselheiros do CNPIR, no mês de dezembro de
359 2006, relatório de prestação de contas da SEPPIR. Também lembrou a sua agenda de
360 participação em atividades nacionais e internacionais em 2006 (27 Conferências
361 Estaduais de Promoção da Igualdade Racial, reuniões com o Senegal para definir
362 agenda de trabalho em 2008, ações com países do Continente Africano, entre outras).
363 Ainda em relação ao CNPIR, sugeriu constituir comissão, composta por seis
364 integrantes, três representantes da sociedade civil e três representantes do governo,
365 para elaborar agenda de trabalho para 2007. Também solicitou aos Conselheiros que

participassem das atividades de comemoração do dia 20 de novembro nos estados e municípios .Concluído esse item, houve um intervalo para o lanche. Retomando, a Secretária-Executiva do CNPIR, comunicou a justificativa de ausência dos Conselheiros **Edson Luiz França** e **Ubiraci Matildes de Jesus** e correspondência enviada pela COPAL , informando que o Conselheiro **Emir Mourad** passou à condição de titular no CNPIR e o Conselheiro **Elayyan Taher Aladdin**, Presidente Interino da COPAL, será o suplente. **ITEM 5 – LANÇAMENTO DE NOVAS PUBLICAÇÕES/SEPPIR** – Composição da mesa: Ministra da SEPPIR, **Matilde Ribeiro** e Subsecretário de Políticas para as Comunidades Tradicionais/SEPPIR, **Carlos Eduardo Trindade**. A Ministra da SEPPIR, **Matilde Ribeiro**, fez o lançamento de duas publicações que tiveram o apoio da SEPPIR: “Entrama – A história do beija-flor coroadado” e “Catálogo do Museu Afro Brasil”. A organizadora do “Entrama – A história do beija-flor coroadado”, Professora **Paula Cristina Vilas**, participou do lançamento e fez comentários sobre o trabalho. O Subsecretário de Políticas para as Comunidades Tradicionais/SEPPIR, **Carlos Eduardo Trindade**, fez considerações gerais sobre a obra e informou a titulação de terras quilombolas em Recife, resultado de gestão e negociação. Conselheiro **Ronald Siqueira Barbosa** registrou cumprimentos ao Conselheiro **Nelson Inocêncio**, responsável pelas ilustrações do “Entrama – A história do beija-flor coroadado”. A respeito da publicação “Catálogo do Museu Afro Brasil”, a Ministra da SEPPIR destacou que se tratava de um instrumento para divulgação do Museu Afro Brasil. Conselheiro **Oliveira Silveira** registrou a importância do trabalho do Museu Afro Brasil. Feito o lançamento dessas publicações, a Ministra da SEPPIR encerrou os trabalhos do primeiro dia de reunião. Iniciando os trabalhos do segundo dia, a Secretária-Executiva do CNPIR comunicou que não havia quorum para deliberação. Assim, a plenária decidiu iniciar com informes, sem deliberações. **ITEM 6 – INFORMES – 1)** O representante da FUNAI, **Márcio José de Souza Oliveira**, denunciou a discriminação contra os povos indígenas Tupiniquim e Guarani, do Estado do Espírito Santo, promovida pela empresa Aracruz Celulose e grupos sociais ligados a mesma. Entre outros atos da empresa, destacou a manifestação pública comandada pelo Sindicato de Empregados da Aracruz, induzindo a opinião pública da região do Município de Aracruz/ES a hostilizar os povos indígenas nas escolas, nas entidades sócio-recreativas e no comércio local. Além disso, a referida empresa veiculou, por meio da imprensa, discursos discriminatórios de conteúdo racista, buscando descaracterizar a identidade desses povos. A Secretária-Executiva do CNPIR, **Oraida Maria de Abreu**, sugeriu pautar o tema para deliberação na próxima reunião do CNPIR. Conselheiro **Flávio Jorge** manifestou a sua indignação com o caso e sugeriu que o Conselho manifestasse apoio ao relatório

403 apresentado pelo representante da FUNAI . Conselheira **Mônica de Oliveira** sugeriu
404 que fosse elaborada nota pública das entidades que compõem o CNPIR com
405 manifestação de apoio aos povos indígenas Tupiniquim e Guarani, do Espírito Santo.
406 Conselheira **Deise Benedito** propôs ainda a realização de audiência local com a
407 presença de lideranças indígenas, de representantes do movimento negro e do
408 Ministério Público para discutir a questão. Além disso, destacou que o relatório acerca
409 do caso poderia ser enviado à Corte Interamericana da OEA. Conselheira **Azelene**
410 **Inácio Kaingáng** sugeriu que o CNPIR solicitasse formalmente informações sobre o
411 caso ao Ministério Público. Além disso, destacou que os povos Kaiapós Khicrim
412 também estavam sofrendo ações discriminatórias pela Empresa Vale do Rio Doce. O
413 representante da FUNAI, **Márcio José de Souza Oliveira**, informou que as
414 populações quilombolas também estavam sofrendo discriminação no Espírito Santo.
415 Conselheiro **Sérgio Andrea** sugeriu a aprovação de moção de repúdio do CNPIR ao
416 caso. Conselheiro **Sidnei Sousa Costa** sugeriu que o Conselho solicitasse ao
417 Ministério Público Federal informações sobre as providências tomadas acerca da
418 questão e também apoiou a realização de audiência pública com representações
419 indígenas do local para discutir a questão. O Plenário aprovou o seguinte
420 encaminhamento: **formar grupo para elaborar moção de repúdio a tais atos, com**
421 **indicação dos seguintes nomes: Conselheira Azelene Kaingang, Conselheira**
422 **Deise Benedito, Conselheiro Sidnei Sousa Costa, Conselheiro Ubiratan Sousa**
423 **Maia e Márcio José de Souza Oliveira.** O documento seria submetido à apreciação
424 dos conselheiros no período da tarde; 2) Conselheiro **Ernesto Luiz Pereira Filho**
425 informou a realização do III Congresso do CNAB (Congresso Nacional Afro-Brasileiro),
426 em maio de 2007. Também comunicou que o CNAB passou a integrar o Conselho
427 Nacional de Saúde e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
428 (CONANDA). Além disso, informou que o Ministério da Saúde suspendeu convênio do
429 CNAB e, mesmo sem o pagamento, foi feita auditoria no convênio. Disse que, apesar
430 de não considerar uma atitude persecutória, considerava importante discussão no
431 CNPIR sobre a democratização do acesso das entidades negras a convênios. Com a
432 chegada da Subsecretária de Ações Afirmativas, **Maria Inês Barbosa**, o Plenário
433 decidiu suspender a apresentação dos informes .**ITEM 7 – PLANO NACIONAL DE**
434 **PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL: PERSPECTIVAS PARA**
435 **MONITORAMENTO** – A Subsecretária de Ações Afirmativas, **Maria Inês Barbosa**, fez
436 um breve informe sobre a Conferência Regional das Américas, destacando a efetiva
437 participação da sociedade civil e comunicou que o relatório da mesma estava em fase
438 de conclusão e, assim que fosse concluído, seria trazido para divulgação. Na
439 sequência, fez uma apresentação sobre o Plano Nacional de Promoção da Igualdade

440 Racial - PLANAPIR, focalizando os capítulos do documento: introdução; plano de
441 ação: diretrizes e objetivos; agenda estratégica; e modelo de gestão, monitoramento e
442 avaliação. Explicou que o Plano estabelecia como agenda estratégica sete eixos de
443 ação: Saúde; Educação; Crescimento Econômico; Assistência Social e Transferência
444 de Renda; Habitabilidade; Promoção da Igualdade Racial, Democracia e Cidadania;
445 Ações específicas para população indígena, cigana e quilombola; e Equidade de
446 gênero. A partir desses eixos, foram definidos 26 indicadores e metas prioritárias, que
447 norteariam o ano de 2007, balizado pelo PPA 2004-2007. Salientou, dentre as
448 estratégias prioritárias do Plano: redução da mortalidade precoce da população negra:
449 infantil, materna e por causas violentas; ampliação do acesso e permanência da
450 população negra no ensino superior; fomento ao crédito, conhecimento e tecnologia
451 para empreendedores negros; melhoria das condições de habitação e saneamento da
452 população negra; ampliação da transferência de renda para a população negra;
453 promoção do respeito à diversidade cultural, religiosa e étnico-racial; promoção do
454 intercâmbio e relações internacionais para a promoção da igualdade racial, da
455 democracia e da cidadania; e promoção da Autonomia das mulheres. A expositora
456 salientou ser necessário considerar as especificidades, pois o princípio da
457 universalidade não garantia o acesso de todos aos serviços. Concluída a
458 apresentação, foi aberta a palavra para debate. Conselheiro **Kabengele Munanga**
459 parabenizou a equipe pelo trabalho, contudo, chamou a atenção para a dificuldade de
460 implementação do Plano. Conselheiro **Ernesto Luiz Pereira Filho** destacou que o
461 Plano modificava as relações raciais do país, estabelecendo nova relação entre a
462 população negra e o Estado. Nessa ótica, salientou a necessidade de divulgação do
463 Plano para todos os setores. Por fim, sugeriu que o CNPIR formasse comissão para
464 monitorar a implementação do Plano. Conselheiro **Ronald Siqueira Barbosa**
465 cumprimentou a equipe da SEPPIR pela elaboração do Plano e salientou a
466 necessidade de o CNPIR estar atento à definição do PPA 2008/2011 para incluir
467 ações previstas no PLANAPIR. Conselheira **Regina Semião** chamou a atenção para a
468 necessidade de olhar para a categoria dos trabalhadores domésticos. Conselheiro
469 **Sérgio Andrea** parabenizou a Subsecretária pela iniciativa e falou da primeira proposta
470 de habitação para domésticas em Moema. Conselheiro **Eduardo Ferreira de Oliveira**
471 também cumprimentou a SEPPIR pelo PLANAPIR e destacou a necessidade de
472 divulgá-lo à sociedade. Conselheiro **Nelson Fernando Inocêncio** informou que a
473 ABPN realizou congresso e definiria novo representante para o CNPIR. No mais,
474 destacou a importância da aprovação do PLANAPIR. A Subsecretária de Ações
475 Afirmativas, **Maria Inês Barbosa**, fez algumas considerações finais, chamando a
476 atenção para o impacto do Plano. Concluído esse ponto, a Conselheira **Azelene**

477 **Kaingáng** fez a leitura da minuta de moção de repúdio à discriminação contra os
478 Povos Indígenas Tupiniquim e Guarani, do Estado do Espírito Santo, promovida pela
479 empresa Aracruz Celulose e grupos sociais ligados a ela. **Após ajustes, a minuta foi**
480 **aprovada por unanimidade.** No documento, o CNPIR, além de repudiar os referidos
481 atos discriminatórios, define que acompanhará as providências adotadas pelo
482 Ministério Público Federal da região, bem como solicitará informações sobre o
483 andamento das Ações Cíveis Públicas já impetradas, bem como encaminhará
484 documento ao Ministro da Justiça com a recomendação de que sejam adotadas
485 medidas imediatas, efetivas e eficazes no sentido de homologar o território indígena
486 Tupiniquim, palco das violações, entendendo que tal regularização é condição primeira
487 para a resolução desses conflitos. Definido esse ponto, a mesa encerrou os trabalhos
488 da manhã do segundo dia de reunião. Retomando os trabalhos, a Secretária-Executiva
489 do CNPIR, **Oraida Maria de Abreu**, passou de imediato ao **ITEM 8 – POLÍTICA DE**
490 **SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA: SUBSÍDIOS PARA MONITORAMENTO** – A
491 Secretária-Executiva do CNPIR, **Oraida Maria de Abreu**, convidou para compor a
492 mesa: **Fernanda Lopes**, representante do movimento negro no Conselho Nacional de
493 Saúde e **Jacinta de Fátima Senna da Silva**, representante do Ministério da Saúde. A
494 representante do Ministério da Saúde, **Jacinta de Fátima Senna da Silva**, fez uma
495 breve explanação sobre a Política de Saúde Integral da População Negra, que define
496 conjunto de princípios, marcas, diretrizes e objetivos voltados à melhoria das
497 condições de saúde desse segmento da população. Na sua explanação detalhou as
498 marcas da Política, o objetivo geral e os específicos e as estratégias de gestão.
499 Destacou como principais marcas da Política o reconhecimento da existência do
500 racismo institucional e da necessidade de promoção de estratégias de mudanças na
501 cultura organizacional/institucional, com vistas à adoção de práticas anti-racistas e
502 não-discriminatórias e o reconhecimento da desigualdade étnico-racial na saúde da
503 população negra, em especial os quilombolas, requerendo ações de promoção da
504 equidade. Seguindo, detalhou que os objetivos específicos da Política eram reduzir na
505 população negra indicadores de mortalidade – infantil; precoce, em especial entre
506 jovens e adultos; materna; por homicídio entre jovens, especialmente homens; reduzir
507 os indicadores de morbimortalidade por: hipertensão arterial, diabetes *mellitus*, doença
508 falciforme, HIV/AIDS, tuberculose, hanseníase, câncer de colo uterino e de mama,
509 miomas, transtornos mentais; reduzir e controlar as situações de abuso, exploração e
510 violência sexual, onde se inclui a homofobia e a violência doméstica contra a
511 população negra; incluir o quesito cor em todos os instrumentos de coleta de
512 informação dos sistemas de informação do SUS e as demandas específicas da
513 população negra nos processos de regulação de saúde do sistema suplementar;

514 promover o acesso a serviços de saúde para a população rural, em particular os
515 remanescentes de quilombo; monitorar e avaliar os indicadores definidos para a
516 promoção da saúde da população negra constantes dos pactos firmados pelas três
517 esferas de governo; valorizar as práticas relacionadas ao cuidado e à promoção da
518 saúde nas culturas e religiões afro-brasileiras; e fortalecer a participação e a
519 representação da população negra nas instâncias de controle social do SUS. Explicou
520 que a Política definia estratégias de gestão que envolviam a implantação dos comitês
521 técnicos de saúde da população negra nos estados, regionais e municípios; inclusão
522 das diretrizes desta Política nos termos de compromisso de gestão do Pacto pela
523 Saúde; fortalecimento e ampliação do acesso a atenção básica e demais níveis de
524 atenção e cuidado à criança, ao adolescente, à mulher, ao idoso negros;
525 fortalecimento da atenção à saúde mental da criança, adolescente, jovem, adulto e
526 idoso negros, priorizando assim agravos decorrentes da discriminação e da exclusão
527 social; fortalecimento da participação dos movimentos de usuários negros no processo
528 de controle social; qualificação dos profissionais de saúde para incorporação das
529 diretrizes da Política de Saúde da População Negra; implantação dos núcleos de
530 prevenção da violência e eventos sentinela; organização de redes integradas de
531 atenção às mulheres negras em situação de violência sexual e doméstica. Além disso,
532 destacou que a Política de Saúde Integral da População Negra definia
533 responsabilidades das esferas de gestão – federal, estadual e municipal – que deveriam
534 ser devidamente pactuadas. Na sequência, a Conselheira do CNS, **Fernanda Lopes**, fez
535 uma abordagem da Política Integral de Saúde da População Negra, destacando que se
536 tratava de resultado da reivindicação do movimento negro. Na sua fala, destacou como
537 eixos norteadores da Política a equidade e a transversalidade. Enfatizou a necessidade
538 de resgatar experiências positivas capazes de auxiliar na disseminação da Política em
539 estados e municípios e de garantir orçamento para implementar a Política. Destacou
540 como marca da Política o reconhecimento do racismo, o qual não estava dissociado de
541 outros tipos de discriminação (xenofobia, homofobia, lesbofobia, entre outros). Por fim,
542 ressaltou que, para garantir a implementação da Política, além do orçamento específico,
543 era preciso garantir capilaridade e formação da força de trabalho em saúde pública.
544 Conselheira **Mônica Oliveira** elogiou a iniciativa, destacando que se tratava de resultado
545 da luta do movimento negro. Disse também que o CNPIR deveria aprender com a área
546 da saúde como fazer política pública. Destacou a importância de maior investimento na
547 produção de materiais acerca da saúde da população negra, a fim de chegar ao maior
548 número de pessoas. Conselheiro **Everaldo Conceição Duarte** parabenizou a iniciativa e
549 perguntou se contemplava ações voltadas a jovens infratores. A representante do
550 Ministério da Saúde, **Jacinta de Fátima Senna da Silva**, respondeu que, dentre as

551 estratégias de gestão, a Política previa a redução da mortalidade por violência entre
552 jovens negros, contemplando os jovens infratores. No mais, informou que a Política havia
553 sido aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde e seria submetida à Comissão
554 Intergestores Tripartite para pactuação. A Conselheira do CNS, **Fernanda Lopes**,
555 informou que a Política foi formulada por Comitê Técnico de Saúde da População Negra
556 (CTSPN), com participação inclusive da sociedade civil. Assim, sugeriu que o CNPIR
557 manifestasse o seu apoio à implementação da Política. Além disso, informou que os
558 conselheiros poderiam encaminhar sugestões ao documento. Avaliou que era preciso
559 explicitar de forma clara na Política a questão dos jovens infratores e da população
560 prisional. Por fim, falou sobre a eleição do CNS que escolheu o presidente e a Mesa
561 Diretora dos Trabalhos deste Conselho. Finalizando, a Secretária-Executiva do CNPIR
562 agradeceu a presença das convidadas e informou que enviaria o documento da Política
563 aos conselheiros para receber contribuições. Concluído esse ponto, foi retomada a
564 apresentação dos informes. Conselheiro **Emir Mourad** informou que, na Plenária Final
565 falou da Conferência Regional das Américas, fizera a leitura e entregara à mesa um
566 documento sobre a situação do Oriente Médio, assinado por vários representantes e a
567 Subsecretária de Ações Afirmativas da SEPPIR, **Maria Inês Barbosa**, na condição de
568 coordenadora da Plenária, disse, em público, que o pronunciamento dele não constaria
569 nos anais da Conferência. Avaliou que esse fato consistia em desrespeito aos presentes
570 na Plenária Final, aos signatários do documento e às vítimas massacradas por Israel no
571 Líbano e na Palestina. Dessa forma, solicitou que o Plenário referendasse a solicitação
572 de retratação por parte da Subsecretária de Ações Afirmativas da SEPPIR e de inclusão
573 do documento nos anais da citada Conferência. Por fim, entregou à Secretária-Executiva
574 do CNPIR o abaixo-assinado entregue à coordenadora da Plenária Final da Conferência
575 das Américas. Conselheira **Andrea Giovannetti** perguntou se haveria espaço na reunião
576 para que o Plenário se manifestasse sobre questões da pauta. A Secretária-Executiva do
577 CNPIR explicou que no momento dos “encaminhamentos gerais” seria possível colocar
578 questões sobre a pauta. Além disso, perguntou qual seria o encaminhamento da plenária
579 em relação ao informe do Conselheiro Emir Mourad. Conselheiro **Kabengele Munanga**
580 avaliou que houve falha por não ter sido solicitada retratação e inclusão do documento
581 durante a Conferência das Américas. Considerou também que o Plenário não poderia
582 manifestar-se sobre a questão naquele momento, visto que era preciso ouvir também a
583 Subsecretária **Maria Inês**. **Como encaminhamento, foi feito o registro da questão e a**
584 **Secretária-Executiva do CNPIR, Oraida Maria de Abreu, encaminharia à**
585 **Subsecretária de Ações Afirmativas da SEPPIR**. Na sequência, a Conselheira
586 **Andréia Michele** convidou os Conselheiros a participarem da atividade do Ministério da
587 Ciência e Tecnologia em comemoração ao dia 20 de novembro. Conselheira **Mônica**

588 **Oliveira** também informou a Plenária que a ABONG, em assembléia nacional, escolhera
589 nova representação para o CNPIR. Assim, agradeceu a oportunidade e registrou que a
590 partir de 2007 não participará mais do CNPIR na condição de representante da ABONG.
591 Concluídos os informes, foi iniciada a discussão do último item da pauta. **ITEM 9 –**
592 **APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA DO CNPIR SOBRE**
593 **A QUESTÃO PALESTINA –** A Secretária-Executiva do CNPIR, **Oraida Maria de Abreu**,
594 convidou os Conselheiros **Flávio Jorge Rodrigues da Silva** e **Ernesto Luiz Pereira**
595 **Filho**, da Comissão Temporária do CNPIR sobre a Questão Palestina, para
596 apresentação do relatório. Conselheiro **Flávio Jorge** fez um breve relato sobre as
597 atividades da Comissão, criada a partir de resolução da I CONAPIR, tinha por propósito
598 discutir a questão das violações dos direitos humanos nos territórios palestinos ocupados
599 por Israel. Ressaltou, que **a Comissão era composta por ele** e pelos Conselheiros
600 **Ernesto Luiz Pereira Filho, Edson Luiz de França, Ubiraci Matilde de Jesus e Lúcia**
601 **Maria Xavier**. Explicou que a primeira reunião da Comissão, realizada em março de
602 2006, com a presença de representantes da SEPPIR, do CNPIR e do Ministério das
603 Relações Exteriores, foi dedicada a exposições sobre: compreensão da SEPPIR em
604 relação ao papel da Comissão Temporária, Política do Estado Brasileiro referente às
605 Relações Israel e Palestina. Disse que, em seguida, foi realizada reunião de trabalho da
606 Comissão, com os seguintes encaminhamentos: definição do coordenador, Conselheira
607 **Lúcia Maria Xavier** e relator Conselheiro **Flávio Jorge**; reunião com o embaixador
608 extraordinário do Brasil para o Oriente Médio, **Afonso Celso de Ouro Preto** (convite
609 para participação em reunião do CNPIR); reunião com delegação de observadores
610 enviada pelo governo brasileiro para acompanhar as eleições presidenciais palestinas
611 realizada em janeiro de 2005; reuniões com as comunidades: judaica (no Rio de Janeiro)
612 e árabe-palestina (em São Paulo) – as reuniões não foram realizadas; contratação de
613 consultor jurídico especialista em Direito Internacional para acompanhar a Comissão e
614 ajudar na elaboração do relatório final; e solicitação ao MRE de cópia de toda
615 documentação pertinente ao tema. Alegou que não foi possível avançar nos trabalhos da
616 Comissão devido à conjuntura eleitoral e agenda política dos Conselheiros. Conselheiro
617 **Ernesto Luiz Pereira Filho**, disse que, para concluir o trabalho da Comissão, seria
618 necessário: prorrogar o mandato até março de 2007; contratar assessoria jurídica para
619 auxiliar na elaboração do relatório; e marcar reunião da Comissão para janeiro de 2007.
620 Conselheira **Andrea Giovannetti**, diante do pleito de prorrogação do prazo da Comissão,
621 falou sobre a posição do Ministério das Relações Exteriores sobre a formação da
622 Comissão Provisória do CNPIR e da abordagem sobre a questão dos direitos humanos
623 nos territórios palestinos ocupados por Israel. Explicou que o governo brasileiro, nos
624 fóruns internacionais e nas várias instâncias, reafirmava o respeito aos direitos humanos

625 nos territórios ocupados. Além disso, destacou que o Brasil apoiou: a resolução que criou
626 o Mapa do Caminho, a Conferência de Madri, as resoluções específicas sobre os direitos
627 humanos na Palestina. E, além disso, o país condenou a construção do muro separando
628 Israel e os territórios palestinos da Cisjordânia. Avaliou ainda que a SEPPIR e o CNPIR
629 deveriam atuar em âmbito nacional, posto que o privilégio de um dos lados da questão
630 poderia prejudicar as relações diplomáticas do Brasil de intensificação de laços tanto com
631 Israel quanto com a Palestina. Diante disso, solicitou que o CNPIR julgasse a
632 procedência da continuidade dos trabalhos da Comissão. Conselheiro **Emir Mourad**, de
633 início, agradeceu a diplomacia do governo brasileiro, que segue as resoluções da ONU.
634 Em que pese as colocações da Conselheira Andrea Giovannetti, apelou para que
635 houvesse continuidade dos trabalhos da comissão, em respeito à resolução aprovada na
636 I CONAPIR e dada a necessidade de concluir os trabalhos. Ademais, lembrou que a
637 prorrogação do mandato da comissão estava prevista no Regimento Interno do CNPIR.
638 Por fim, defendeu que o monitoramento da situação dos direitos humanos da população
639 palestina nos territórios ocupados por Israel fosse feito *in loco*. Conselheira **Mônica**
640 **Oliveira** registrou que o movimento negro era aliado da causa Palestina. Contudo,
641 estranhou o fato de o Ministério das Relações Exteriores ser contrário à Comissão e
642 perguntou o porquê dessa posição. Conselheira **Deise Benedito** defendeu o
643 funcionamento da Comissão até a conclusão dos trabalhos. Conselheiro **Ronald**
644 **Siqueira Barbosa** sugeriu remeter a discussão acerca da Comissão para a próxima
645 reunião do CNPIR. A Secretária-Executiva do CNPIR, **Oraida Maria de Abreu**, ressaltou
646 que a Comissão precisava concluir os seus trabalhos e trazer o resultado ao CNPIR para
647 que o Plenária se manifestasse. Contudo, registrou que houve manifestação contrária à
648 proposta de prorrogação do mandato da Comissão. Assim, disse que o Plenário deveria
649 definir qual seria o encaminhamento. Conselheira **Andréia Michele** solicitou verificação
650 de quorum naquele momento. Assim, em que pese as considerações dos Conselheiros
651 sobre o tema, não foi possível acatar a solicitação de prorrogação do prazo para a
652 conclusão dos trabalhos da Comissão, pois, após o pedido de verificação de quorum,
653 constatou-se que não havia número de Conselheiros suficiente para deliberação. Desse
654 modo, esse tema retornará na próxima reunião do CNPIR para os devidos
655 encaminhamentos. **ENCERRAMENTO** – Nada mais havendo a tratar, a Secretária-
656 Executiva do CNPIR, **Oraida Maria de Abreu**, encerrou os trabalhos da 13ª Reunião
657 Ordinária do CNPIR.